

Uwa'kürü: o processo de racialização dos povos originários na Amazônia Sul-Occidental

Uwa'kürü: the racialization process of indigenous peoples in the Southwestern Amazon

Ramon Nere de Lima,¹ PUCRS

Resumo

Este artigo visa refletir sobre alguns aspectos presentes na Amazônia Sul-Occidental relacionados ao processo histórico de racialização dos povos originários da região, a partir da ideia de seringalidade (Souza, 2016). Do ponto de vista teórico-metodológico se trata de uma pesquisa histórica (Barros, 2017), qualitativa (Godoy, 1995), descritiva (Gil, 2008), bibliográfica (Severino, 2007). Percebe-se que parte da história da Amazônia Sul-Occidental, especialmente do Acre, construiu-se dentro de uma perspectiva epopeica, patriótica (Carneiro, 2017) elevando determinados grupos e sujeitos ao primeiro plano e relegando alguns indivíduos e agrupamentos a um silêncio (Pimenta, 2004), assim sendo, necessário uma história crítica contrapondo a narrativa ufanica que racializou os povos indígenas.

Palavras-chave: História do Acre; Amazônia; Povos indígenas; Seringalidade.

Abstract

This article aims to reflect on some aspects present in the Southwestern Amazon related to the historical process of racialization of the region's indigenous peoples, based on the idea of seringalidade (Souza, 2016). From a theoretical-methodological point of view, it is a historical (Barros, 2017), qualitative (Godoy, 1995), descriptive (Gil, 2008), and bibliographic (Severino, 2007) research. It is noted that part of the history of the Southwestern Amazon, especially Acre, was constructed within an epic, patriotic perspective (Carneiro, 2017), elevating certain groups and individuals to the forefront and relegating some individuals and groups to silence (Pimenta, 2004). Therefore, a critical history is necessary to counter the triumphalist narrative that racialized indigenous peoples.

Keywords: History of Acre; Amazon; Indigenous Peoples; Seringality.

Introdução

Este artigo se debruça sobre o intrincado processo de racialização dos povos originários na Amazônia Sul-Occidental, em especial no estado do Acre, inserindo-se no contexto mais amplo da seringalidade. Esta última, compreendida como uma manifestação local da colonialidade, evidencia um sistema de exploração e dominação que se estendeu além do período colonial formal, imbricando-se nas estruturas sociais, econômicas e culturais da região.

¹ Professor substituto na área de Teoria e Metodologia da História na Universidade Federal do Acre (Ufac). Doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Especialista em Metodologia de Ensino de História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniasselvi). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac) e Bacharel em Ciência Política pelo Centro Universitário Internacional (Uninter). E-mail: ramonnere99@gmail.com.

Através de uma metodologia que combina a pesquisa histórica (Barros, 2017), qualitativa (Godoy, 1995), descritiva (Gil, 2008), bibliográfica (Severino, 2007), o artigo almeja desentranhar as camadas de uma história frequentemente contada sob uma ótica epopeica e patriótica. Tal narrativa, ao exaltar determinados grupos e eventos, contribui significativamente para o apagamento e silenciamento de vozes e experiências de grupos marginalizados, especialmente os povos indígenas, que foram e continuam sendo sujeitos de processos de racialização e subalternização.

Neste sentido, o artigo questiona e problematiza a construção histórica predominante, sugerindo uma reavaliação crítica das narrativas que têm sido perpetuadas sobre a região. Ele busca não apenas identificar e analisar as formas pelas quais os povos originários foram historicamente racializados e subjugados no contexto da exploração da borracha, mas também compreender como essas dinâmicas de poder se perpetuam no presente, adaptando-se e manifestando-se sob novas formas de exploração e controle, muitas vezes mascaradas sob o discurso do desenvolvimento sustentável.

Ao fazê-lo, o estudo se insere em um debate mais amplo sobre a colonialidade do poder na América Latina, propondo que a seringalidade constitui um exemplo paradigmático de como as estruturas coloniais de poder adaptam-se e sobrevivem, continuando a afetar as vidas e as terras dos povos originários.

Assim, este trabalho não apenas contribui para a desnaturalização e problematização de uma narrativa histórica ufanista e unilateral, mas também instiga reflexões sobre justiça histórica, reconhecimento e reparação para com os povos indígenas da Amazônia Sul-Occidental. Nesse processo, ao artigo se alinha a esforços contemporâneos em busca de uma historiografia que seja verdadeiramente inclusiva, reconhecendo a pluralidade de vozes, experiências e resistências que compõem o tecido social e histórico da região.

Uwa'kürü² e os povos originários

As narrativas historiográficas construídas por inúmeros indivíduos, desde literatos até “jornalistas, juristas e historiadores com diferentes formações” (Albuquerque, 2015, p. 12), que “concebem a formação histórica da região como mero desdobramento da história do “desenvolvimento capitalista” ocidental” (Albuquerque, 2015, p 12),

² “Uwa'kürü é a grafia atribuída por colonizadores para um dos rios que perfaziam territórios dos Apurinã e outros povos de línguas ágrafas, isto é, trata-se de uma palavra grafada como tentativa de capturar os sons das vozes de mulheres e homens – sujeitos de suas próprias histórias, em seus próprios termos e espaços/tempos” (Albuquerque; Sarraf-Pacheco, 2016, p. 8).

Nessa clareira aberta por uma perspectiva de abordagem europeizante, Ferreira Reis parece dar a tônica ao enfatizar que os primeiros “reconhecimentos” do Purus e Juruá se deram a partir do início da segunda metade do século XIX. Esse marco ecoa em diversos escritos sobre a formação histórica da Amazônia acreana tanto em textos literários como “A selva” (Ferreira de Castro), “Coronel de barranco” (Araújo Lima), “Seringal” (Miguel Ferrante), “Certos caminhos do mundo” (Abgvar Bastos), “Terra caída” (José Potyguara), entre outros, quanto em textos de jornalistas, juristas e historiadores com diferentes formações, a exemplo de “O fim da epopéia” (João Craveiro Costa), “Formação histórica do Acre” (Leandro Tocantins), “Povoamento da acreania” (José Moreira Brandão Castelo Branco), “Raízes do Acre” (Cleusa Maria Damo Rancy), “O Acre” (Manoel Ferreira Lima), “Acre, uma história em construção” (Valdir Calixto e outros), “História do Acre: novos temas, nova abordagem” (Carlos Alberto Alves de Souza).

A perspectiva trazida por estes diversos autores e abordagens começam a tratar dessa região apenas como parte da expansão do capitalismo desconsiderando uma perspectiva mais ampla e bem distante temporalmente da baliza do avanço colonizador, uma história de “muito longa duração” da presença, transitos e permanências da presença humana na região

“muito longa duração”, proposta pelo historiador africano Joseph Ki-Zerbo, posto que ainda estamos sob a égide da mera lógica do “desenvolvimento” europeu e sua expansão para áreas onde, segundo Eric Hobsbawm, em “A era dos impérios”, existiam as matérias-primas que interessavam ao capital internacional dos grandes trustes e cartéis de fins de XIX (Albuquerque, 2015, p. 11-12).

Além disso, é uma escrita amazonialista (Albuquerque, 2016), que traz no seu bojo uma característica epopeica, patriótica e ufanista seguindo uma lógica de progresso que impregnaram até mesmo em uma fase posterior historiadores formados na região.³

No que tange a fase dos historiadores de ofício, nenhuma obra se debruçou especialmente sobre os povos indígenas na Amazônia Sul-Occidental, embora a região seja espaço de pesquisas em diversas áreas como Antropologia e Linguística, ao estudarem os povos de língua Pano, Arawak e Arawá, mas quando a obras de história indígena há uma escassez o que faz eco na crítica realizada por Pimenta (2015, p. 331).

A história oficial do Acre é um discurso ufanista, contado do ponto de vista dos vencedores e periodicamente atua lizado e reajustado em função dos interesses políticos do momento. A nar rativa mítica da “invenção do Acre” é

³ O curso de História da Universidade Federal do Acre foi criado em 1979, com a proposta de contribuir com a sociedade acreana e formar historiadores comprometidos com uma visão crítica da sociedade (a partir de conversas com os professores Airton Chaves da Rocha e José Dourado de Souza).

um relato hegemônico e sacralizado, o que não significa que ele seja unívoco. Pode estar, por exemplo, mais ou menos aberto a interpretações, conciliar perspectivas ou versões distintas, em fatizar um ou outro evento, mas relata sempre o ponto de vista dos vencedores. Em (re)construção e (re)invenção permanente, essa história oficial se autocelebra periodicamente por meios manifestações discursivas e simbólicas, cultua seus heróis, hinos, bandeiras, monumentos etc. Nessa história, a “questão indígena” ocupa um lugar curioso e instigante. Embora mencionados por alguns historiadores, os povos indígenas do Acre ocuparam um papel marginal no momento da conquista desse território e desaparecem da história regional durante a maior parte do século XX para reaparecerem na década de 1970 e passaram a desempenhar um papel central no discurso oficial dos últimos 15 anos.

O trecho destaca a natureza ideologicamente construída da história oficial do Acre, apresentada como um discurso ufanista que privilegia os vencedores, ajustando-se aos interesses políticos do momento. Essa narrativa hegemônica, embora sacralizada, não é imutável; adapta-se, conciliando versões que reforçam a visão dos colonizadores. Os povos indígenas, inicialmente marginalizados e silenciados na "invenção do Acre", emergem na história apenas a partir dos anos 1970, quando passam a ser instrumentalizados no discurso oficial contemporâneo. Essa inclusão tardia, ainda que aparente um avanço, revela a persistência de um paradigma que subordina a "questão indígena" às dinâmicas de poder, reafirmando uma memória seletiva e funcional, em constante (re)construção.

Com exceção dos esforços de alguns historiadores como Teresa Almeida Cruz, Maria Ariádina Cidade Almeida, Airton Chaves da Rocha que vem desenvolvendo atividades de ensino e pesquisa no âmbito da Universidade Federal do Acre (Ufac); o historiador Wladimir Sena Araújo também atua há alguns anos com povos indígenas; a tese de doutorado *Vivendo entre Mundos: O povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX'*, de Rogério Sávio Link (2016), que traz uma contribuição significativa para a temática dos povos originários, a questão indígena na Amazônia Sul-Occidental ainda ocupa uma posição secundária na historiografia.

No entanto, vale fazer menção aos trabalhos de dissertação de mestrado dos pesquisadores Ramon Nere de Lima *"Minha Mamãe Soberana, Minha Floresta de Jóia": Retirada Ilegal de Madeira e Protagonismo Indígena no Território Ashaninka do Rio Amônia - Acre (1980 - 2020)* (2023) e *Amansando o SPI: resistência e protagonismo Kulina-Madiha entre os varadouros do seringal e do indigenismo na Amazônia (1905-1940)* (2024), de Andrisson Ferreira da Silva e a tese de doutorado *Lei 11.645/08 e o ensino indígena : história e cultura dos povos originários em Rio Branco - Acre (2003 – 2023)* (2024), da pesquisadora Iara da Silva Castro Almeida.

Ainda se abrir o diálogo entre a história e as letras e educação, o historiador Danilo Rodrigues do Nascimento escreveu sua dissertação sobre *Educação escolar Huni Kuĩ: saberes, experiências e base curricular* (2021) e a pesquisadora Karolaine Oliveira da Silva que desenvolve trabalhos relacionados as mulheres indígenas à nível de mestrado no Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Identidades (Ppgli/Ufac).

Fora os pesquisadores mencionados anteriormente, algo significativo é a história escrita pelos próprios indígenas como os trabalhos monográficos do curso de Bacharelado em História da Universidade Federal do Acre (Ufac): *Narrativas Manchineri: Identidade e Cultura Indígena na cidade de Rio Branco/AC, escrito por Soleane de Souza Brasil Manchineri, do povo Manchineri* (2017) e *Entre escrevivências e (re)existências: um relato de memória(s) e história(s) do povo Puyanawa* (2023), de Liliane Araújo Maia, pertencente ao povo Puyanawa.

Os trabalhos e esforços mencionados anteriormente não esgotam as ações realizadas na temática indígena ao longo dos anos, mas servem para demonstrar que embora ainda em uma posição secundária, esforços estão vem sendo realizados para ampliar os estudos e diálogos sobre os povos indígenas da Amazônia Sul-Occidental.

A partir do acima mencionado, salienta-se desde o início, a pretensão nas linhas que se seguem a uma escrita “desacreatizada”, uma escrita acre provocadora de uma ferida narcísica no “eu acreano” do que a continuidade das narrativas que exaltam uma História do Acre romantizada não condizente com os fatos expostos em documentos históricos.⁴

Assim, dessacraliza-se os heróis epopeicos de uma narrativa comprometida com os interesses dos grupos dominantes propiciadores de relações assimétricas, hierarquizadas e desiguais e apresentam-se os sujeitos invisibilizados e subalternos que foram jogados à margem da história, saltando-os ao primeiro plano, neste trabalho, especialmente os indígenas. O nascimento do Acre topônimo foi um processo histórico complexo eivado de sangue, permeado de muitos sujeitos silenciados e invisibilizados, com alterações espaciais e populacionais (neste último aspectos se encontra a drástica redução populacional dos indígenas) (Carneiro, 2015).

A região do atual estado do Acre era densamente habitada antes da colonização não indígena contrapondo a visão de “vazio demográfico”, “Desde milênios atrás, é possível

⁴ “Eu prefiro provocar feridas narcisistas no eu acreano e ter uma imagem dele mais próxima do real, do que me embriagar de acreanismo e sentir orgulho de um eu acreano que não existe”, esta frase está contida na capa da obra *A epopeia do Acre e a manipulação da história no Movimento Autonomista & no Governo da Frente Popular* (2017), do Professor Dr. Eduardo Araújo Carneiro.

afirmar que ali nada era vazio” (Carvalho, 2020, p. 102). Nesse sentido, para Goés (2009, p. 67), “A região que abrange os formadores dos rios Juruá e Purus, até as duas décadas finais do século XIX, não foi atingida por exploradores e missionários, portugueses ou brasileiros, senão de forma esporádica”, não houve uma investida mais acentuada para estas terras até o início do século XIX, muito embora já houvesse um reconhecimento mais preciso da área desde o século XVI, não houve uma ocupação permanente (Goés, 2009).

O mesmo autor (2009, p. 68), ainda completa dizendo que muitos povos da família linguística pano que habitavam esse espaço já tinham contato com os não indígenas, com maior ou menor intensidade, mas apenas foram obrigados “a conviver com estas sociedades estrangeiras quando exploradores de caucho e seringa passaram continuamente a realizar incursões em seus territórios”.

Conquanto, sobre os povos da família linguística pano, Goés (2009, p. 68), diz que as pesquisas arqueológicas em vestígios de cerâmica sobre a ocupação Pano (vai da região da bacia do Ucayali a oeste, até o Purus a leste, e do médio e alto Javari ao norte, até o Madre de Dios ao sul), passaram “a ocupar a região a por volta de 1600 a.p. (antes do presente) provenientes da região do Madeira-Guaporé” (p. 68). Com um padrão de ocupação diferente “que se supõe que foi até então empregado por outros povos da região, teve início pelo interflúvio e só posteriormente atingiu áreas ribeirinhas como o Ucayali, onde hoje há maior concentração demográfica” (p. 68).

Não apenas as populações Pano habitavam a região além das relações interétnicas estabelecidas através do comércio, guerra e outras modalidades, em diálogo com Renard-Casevitz (1992), Goés (2009, p. 68) aponta que

[...] os Arawak subandinos, cujo território se estendia dos contrafortes andinos até as margens do Ucayali, eram intermediários em trocas comerciais que envolviam povos andinos incaicos e pré-incaicos e povos Pano das florestas. Quando da chegada dos espanhóis na região, já no século XVI, grupos Pano ribeirinhos e Arawak centrais estavam integrados comercial e militarmente, sendo que nos séculos XVII e XVIII há registros de confederações guerreiras Pano e Arawak que defendiam as fronteiras amazônicas expulsando missionários, exploradores, colonos espanhóis e mesmo o exército peruano.

O trecho acima demonstra a presença dos Arawak como intermediários em trocas comerciais entre tanto os povos andinos incaicos e pré-incaicos como os povos Pano. Inclusive com a chegada dos invasores espanhóis, no século XVI, eles estavam integrados tanto em aspectos comerciais como militares, e nos dois séculos seguintes, consta registros de

confederações guerreiras de ambos os grupos atuantes na defesa das fronteiras amazônicas contra os invasores das mais diversas naturezas.

Nesse sentido, se observa que os fluxos e relações estabelecidas nesta região através de trocas de bens simbólicos e materiais eram constantes. Havia uma comunicação entre os Andes e as florestas amazônicas com rotas terrestres e fluvias, que depois da invasão seriam utilizadas pelos colonizadores para exploração dos recursos, corpos e mentes.

Segundo Sávio Link (2016), a distribuição dos falantes dessa família linguística Arawak vai desde o sul do Brasil até a Flórida, passando pelas terras subandinas do Peru e da Bolívia até o estuário do Amazonas. Essa dispersão geográfica abrangente faz com que os Arawak sejam únicos, pois ocuparam uma vasta área que inclui as ilhas caribenhas, a Flórida, toda a Bacia Amazônica e parte da Bacia Platina. Além disso, os Arawak mantiveram relações com as principais famílias linguísticas das terras baixas da América do Sul e estabeleceram uma rede de trocas em larga escala com sociedades da Mesoamérica, do Sudeste dos Estados Unidos e dos Andes.

Muito embora as controvérsias quanto a origem dos Arawak, como sendo na região peruana por conta de um “número expressivo de línguas desta família existentes na região” (Sávio Link, 2016, p. 55), há um aparente acordo entre os pesquisadores que sua origem é na região entre os Rio Solimões no Brasil e o Médio Rio Orinoco na Venezuela, por volta de 3.000 antes do presente (Sávio Link, 2016). Ainda pode-se dizer que o Rio Negro, seria o epicentro de dispersão deles em processo migratório por volta de 1000 e 500 anos antes do presente, e a partir dessa região, os Arawak foram ocupando quase toda a Bacia Amazônica. Nesse contexto, também “haveria ainda três centros secundários de dispersão: no Rio Orinoco; na confluência dos Rios Negro com os rios Solimões, Purus e Madeira; e entre o Alto Madeira e o Alto Purus” (Sávio Link, 2016, p. 55).

No entanto, ainda, vale mencionar sobre as relações interétnicas estabelecidas entre Panos e Arawak, que as confederações mantiveram a integridade territorial destes povos até o processo expansão da economia gomífera, no final do século XIX

Tais confederações interétnicas sustentaram a integridade territorial destes povos até o início da expansão do ciclo da borracha na década final do século XIX. Neste período, ocorre na região do Alto Juruá e Purus uma significativa reconfiguração política e territorial, decorrente da presença de duas frentes extrativistas distintas. Superiores militarmente, caucheiros peruanos e seringalistas brasileiros, beneficiados pelo desenvolvimento da arma de repetição e por financiamentos de companhias exportadoras, ocupam a região para explorar o látex, desarticulando as redes comerciais e

militares mais amplas que ligavam grupos Pano e Arawak (Góes, 2009, p. 69).

A partir do avanço dos caucheiros peruanos e seringueiros brasileiros, que detiam um poder bélico acentuado com a posse de armas de repetição e com financiamento das companhias de exportação, eles passam a ocupar a região para explorar o látex, nas regiões do Alto Juruá e Purus, acontece uma reconfiguração política e territorial devido estas duas frentes extrativistas distintas com a desarticulação das redes comerciais e militares estabelecidas pelos povos Pano e Arawak.⁵

Ademais, segundo Góes (2009, p. 69) a organização das populações Arawak e Pano eram distintas. Os Arawak podiam ter sua organização “caracterizada por esta centralização virtual, no sentido de que não há o reconhecimento de uma posição de liderança hierarquicamente superior que articule todos grupos”, o que não impedia “que esses grupos intensifiquem sua coesão ou promovam uma unidade política tendo matrizes culturais, materiais e mitológicas comuns que resultam em acordos de não agressão interna aos grupos do conjunto”.⁶

Os Panos do interflúvio por outro lado se organizavam de maneira distinta “onde a profusão de etnônimos e uma propensão maior à descentralização política implicavam em conflitos guerreiros também entre si” (Góes, 2009, p. 69). Além disso, “A unidade Pano é analítica, dadas as semelhanças culturais, territoriais e linguísticas dos grupos que virtualmente a compõem, mas não política ou sociológica” (Góes, 2009, p. 69).

Os condenados da floresta: invasão, dominação e exploração do processo de racialização dos povos indígenas

De acordo com Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1998), a ideia de raça está historicamente associada a uma tentativa de categorizar grupos humanos com base em características físicas percebidas como intrínsecas e imutáveis, frequentemente utilizadas como justificativa para práticas discriminatórias e hierarquizações sociais (Poutignat; Streiff-Fenart, 1998). A etnia, por outro lado, refere-se a uma construção social que envolve a identificação e a atribuição de características culturais, como língua, religião e tradições, que delimitam um grupo em oposição a outro. Fredrik Barth (1998) reforça a natureza dinâmica e

⁵ Além dos povos das famílias linguísticas Pano e Arawak, ainda há os grupos linguísticos Arawá e Katukina (Ballestra, 2013).

⁶ Góes (2009), ele vai tratando da organização Arawak a partir dos Ashaninka, que por ele ainda tratados pelo nome Kampa, contudo, não é uma denominação deles próprios e sim um nome dado pelos colonizadores.

relacional da etnicidade, enfatizando que ela não se baseia em características essenciais, mas em processos sociais de interação que estabelecem fronteiras e identidades em constante transformação (Barth, 1998).

No âmbito das discussões sobre os povos indígenas, o conceito de etnicidade revela-se mais pertinente, na medida em que engloba as particularidades culturais e históricas que conformam esses grupos, evitando, assim, o recurso a categorias biologizantes e essencialistas. A etnicidade, neste contexto, oferece uma chave interpretativa que possibilita apreender a diversidade e a complexidade das identidades indígenas, as quais se constituem por meio de processos históricos específicos de colonialismo, resistência e ressignificação cultural. Em contrapartida, o emprego do conceito de raça, ainda que de forma heurística, corre o risco de perpetuar estigmas históricos e tornar nebulosas as dinâmicas socioculturais que perpassam a constituição desses grupos.

Então, a racialização, nesse sentido, deve ser entendida como o processo pelo qual características culturais dos povos indígenas são reinterpretadas e hierarquizadas de forma a inseri-los em uma estrutura de poder desigual, a colonialidade (Quijano, 2005). Este processo implica a construção de uma diferença socialmente significativa que, embora se aproxime das práticas de racialização aplicada a outros grupos, se diferencia por se basear mais nas relações de poder e na colonialidade do ser do que em atributos raciais per se.

No debate sobre a racialização dos povos indígenas, João Veras de Souza (2016) utiliza o conceito para evidenciar como a colonialidade, manifestada através da seringalidade, estabelece uma estrutura de poder desigual que ressignifica e hierarquiza características culturais desses grupos. Em sua tese, ele sustenta que a seringalidade, enquanto expressão local da colonialidade, se vale de dispositivos de exploração, dominação e racialização, perpetuando, assim, uma lógica de inferiorização das populações indígenas e seringueiras. Nesse contexto, a racialização transcende a noção de raça como categoria biológica, operando por meio da etnicidade para reforçar as relações coloniais de poder.

Embora Souza (2016) não faça uma distinção explícita entre os conceitos de raça e etnia, ele enfatiza que os mecanismos de racialização característicos do seringalismo utilizam construções sociais e culturais para marginalizar esses grupos. A racialização dos indígenas é, portanto, compreendida não apenas como um processo de categorização, mas como uma forma de subjugação que os posiciona como sujeitos naturalmente inferiores diante da racionalidade moderna (Souza, 2016). Esse processo distingue-se por se fundamentar na

colonialidade do ser, do saber e do poder, relegando esses povos à condição de “condenados da floresta⁷”, destituídos de agência e protagonismo histórico.

Ainda que o conceito de etnicidade ofereça um quadro mais apropriado para compreender as dinâmicas identitárias indígenas, Souza (2016) busca demonstrar que a racialização pode ser empregada para analisar as estratégias coloniais de desumanização e controle. Nesse caso, a racialização não se restringe a atributos biológicos, mas se manifesta na imposição de uma diferença culturalmente significativa que sustenta a exploração e dominação dos povos indígenas e seringueiros, perpetuando uma lógica de subordinação historicamente e socialmente construída.

Ainda a discussão sobre a racialização dos povos indígenas no Acre deve considerar a categoria analítica do amazonialismo (Albuquerque, 2016). Este conceito revela como as narrativas coloniais e pós-coloniais construíram a imagem da Amazônia e seus habitantes de maneira estereotipada, frequentemente retratando os indígenas como primitivos, selvagens e sub-humanos. Tais narrativas foram utilizadas para justificar a exploração e a violência contra esses povos.

Nesse contexto, o amazonialismo refere-se a um conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que inventam, descrevem, classificam e analisam de forma supostamente objetiva e científica a “Amazônia”, produzindo-a como um lugar no mundo da expansão dos impérios e do imperialismo. Esse conceito surge a partir de narrativas difundidas, repetidas e cristalizadas ao longo do tempo, que moldaram a percepção da Amazônia como uma região homogênea, repleta de imagens e metáforas que remetem a um espaço exótico e misterioso (Albuquerque, 2016).

Nesse sentido, conforme Albuquerque (2016) apresenta, as narrativas criadas pelos colonizadores europeus e seus descendentes transformaram a Amazônia em um espaço mítico e vazio, ignorando a presença e a cultura dos povos indígenas que já habitavam a região. Esse processo de “invenção” da Amazônia como uma região desabitada e inexplorada facilitou a exploração e a dominação colonial.

⁷ Nesse sentido, entendo por condenados da floresta populações indígenas originárias e aquelas vindas do nordeste brasileiro, em maioria, tornados seringueiros, o que inclui mulheres e negros invisibilizados, que, ao longo da história local, sofreram e continuam sofrendo as consequências violentas do regime moderno-colonial de dominação, exploração e racialização. Tenho, também nesse passo, que, na seringalidade, os condenados da floresta são todos aqueles, urbanos e principalmente rurais, para quem os programas de desenvolvimento - concebidos e financiados pelos prepostos do sistema mundo moderno colonial - se voltam para o fim de torná-los - ou “salvá-los” em - sujeitos modernos. Eis a eterna condição a que estão desde sempre condenados (Souza, 2016, p. 442).

No contexto específico do Acre, o seringalismo (sistema de exploração da borracha) foi um dos principais vetores de racialização dos povos indígenas. Os seringalistas empregaram métodos violentos, como as correrias, para capturar e escravizar indígenas, tratando-os como mão-de-obra inferior e desumanizada. Esse sistema perpetuou a hierarquia racial e a exploração, relegando os indígenas a uma posição subalterna e marginalizada.

Souza (2016), auxilia a entender a invasão, dominação, exploração dos povos indígenas através da racialização passada por eles nessa região. Assim, o seringalismo é a categoria analítica que descreve a fase inicial da colonialidade na Amazônia, especificamente no Acre, caracterizada pela economia da borracha. Este sistema envolve a exploração intensa de recursos e trabalho, com base na concentração de propriedades e um sistema de aviamento que escraviza economicamente os trabalhadores. A racialização é central no seringalismo, com indígenas e não indígenas que vieram da atual região Nordeste do Brasil sendo posicionados como inferiores e sujeitos a condições de trabalho exploratórias.

Se por um lado, o seringalismo é esse momento histórico de inserção da dominação e exploração de corpos, mentes e almas. A seringalidade refere-se ao regime local de colonialidade manifestado no estado do Acre. Este conceito abrange a perpetuação de padrões de poder colonial por meio de dispositivos como o desenvolvimento sustentável e a florestania, que atualizam a estrutura de exploração e dominação iniciada no seringalismo. A seringalidade sustenta processos mercantis e de exploração, além da racialização das populações indígenas e seringueiros, perpetuando a subjugação dessas comunidades (Souza, 2016).

A racialização dos povos indígenas no contexto do seringalismo e seringalidade refere-se ao processo de construção social e simbólica que posiciona esses povos como naturalmente inferiores. Este processo legitima a exploração e dominação, tanto no âmbito econômico quanto no ontológico, reforçando a ideia de que os conhecimentos e modos de vida indígenas são menos válidos ou civilizados.

“Acre” é uma palavra produzida pelos homens para designar ou classificar/catalogar um sabor, uma medida de terra, um rio ou uma unidade da federação brasileira. Desta última, uma invenção datada do início do século XX, derivou “acreano”, também utilizado para adjetivar ou classificar/catalogar a pessoa nascida no “estado do Acre” ou que “vive no Acre” ou que “escolheu ser acreana”. A partir desse termo, outros – derivados seus – foram e vêm sendo inventados e reinventados: “falar acreano”, “cultura acreana”, “música acreana”, “culinária acreana”, “mercado acreano”, “hino acreano”, “bandeira acreana”, “governo acreano”, “identidade acreana”, “mulher acreana”, “homem acreano”, “orgulho

acreano”, “acreanidade”, “cidades acreanas”, “política acreana”, “economia acreana”, “religião acreana”, “desenvolvimento acreano”, apenas para citar alguns. Tais palavras/conceitos foram produzidas ou sub-produzidas por diferentes narrativas, historicamente datadas e articuladas a determinados interesses, intenções ou projetos de grupos sociais e, em seguida, propagandeadas e difundidas de múltiplas e repetidas formas para que parecessem/pareçam e sejam sentidas ou incorporadas como coisas naturais (Albuquerque, 2016, p. 16).

A citação de Albuquerque (2016) destaca a construção e a evolução dos termos associados ao Acre, revelando a complexidade e a intencionalidade por trás da criação de identidades regionais. A palavra “Acre”, inicialmente utilizada para designar uma medida de terra, foi ressignificada no início do século XX para nomear uma unidade federativa brasileira, gerando uma série de derivados como “acreano” e “acreanidade”.⁸ Esses termos, longe de serem naturais ou neutros, foram historicamente produzidos e manipulados por narrativas que refletiam os interesses e projetos de grupos sociais específicos. A difusão contínua dessas palavras e conceitos através de diversas formas de propaganda e repetição tem o objetivo de naturalizá-los, fazendo com que sejam percebidos como inerentes à identidade regional. Esse processo de construção identitária envolve a articulação de discursos que moldam a percepção coletiva sobre a cultura, a política, a economia e outros aspectos da vida no Acre, evidenciando como as palavras podem ser poderosas ferramentas de poder e controle social.

A partir disso, Carneiro (2015), é muito preciso ao tocar em um elemento fulcral para se pensar o início da genealogia do Acre com o término da história de diversos povos indígenas. “O contato entre nativos e nordestinos não foi harmônico. Quando os últimos não exploravam a mão de obra dos primeiros, matavam ou abusavam sexualmente deles” (Carneiro, 2015, p. 240).

Em harmonia com Carneiro, a historiadora Maria José Bezerra (2006), diz

Essa ocupação da região do Aquiri representou um custo social para o migrante na condição de seringueiro, devido à instituição do regime de trabalho compulsório e o conseqüente endividamento. E, para os povos indígenas que ocupavam as terras do atual Acre, significou a expropriação e o genocídio (Bezerra, 2006, p. 30).

⁸ Acreanidade é o termo que “define” a identidade acreana na atualidade. Um termo criado pelo “Governo da Floresta” em contraste com o termo acreanismo, relacionado ao movimento da elite local, que, em diferentes momentos históricos, acionou um discurso identitário para reivindicar, junto ao governo federal, a criação do estado autônomo do Acre. A acreanidade é uma ressignificação da identidade acreana e está ancorada na trajetória de índios e seringueiros no Acre, sem, no entanto, negar os signos identitários do acreanismo, isto é, a Revolução Acreana e o Movimento Autonomista do Acre Estado da federação (Morais, 2016b, p. 31).

Logo, percebe-se que a ocupação das terras, florestas e rios do atual Acre, significaram o extermínio de populações indígenas por meio da espoliação territorial e matança dos sujeitos.

Até a primeira metade do século XIX, esta região aparecia na cartografia como “*tierras no descubiertas*”, uma imensa área amazônica parcialmente inexplorada e desconhecida tanto para brasileiros, bolivianos e peruanos,⁹ denotando o desprezo pelos povos originários que aqui viviam, conforme Silva (2017):

[...] um Acre, que antes de ser Acre era uma região desconhecida pelo olhar do colonizador. Por isso região nomeada como “*tierras no descubiertas*” durante boa parte do século XIX em mapas diversos. Partindo desta perspectiva, se compreende que há um Acre a-histórico: visto como destituído de história, lugar anacrônico (fora do “tempo”), a margem de ambos pelo olhar colonizador e até de intelectuais renomados da República (Silva, 2017, p. 50).

Desta maneira, percebe-se por meio de uma visão insólita que esta região de um “Acre a-histórico”, constitui-se por boa parte do século XIX um espaço desconhecido, à margem da visão e interesse colonizador e até de intelectuais da República.

Conforme Rodriguez (2016), de acordo com o Tratado de Madri de (1750); ratificado posteriormente pelo Tratado de Santo Ildefonso (1777), este espaço geográfico situava-se dentro da América hispânica dominada pela Coroa espanhola, passando mais tarde a pertencer aos territórios da Bolívia e do Peru. O Tratado de Ayacucho (1867) do qual o Brasil era signatário, logo, se reconhecia o Acre como posse da Bolívia (Rodriguez, 2016, p. 25).

Ao passo que, ao longo do século XIX, os fluxos de aventureiros vindos de regiões diversas do Brasil e congêneres estrangeiros, adentrando pelos rios Madeira, Purus e Juruá alcançaram as cabeceiras dos rios Tarauacá, Acre, Muru, Iaco e outros afluentes começaram a se tornar pujantes sob a ótica dos colonizadores. Logo, de maneira inicial, estes rios e florestas de uma fronteira indeterminada começa a ser explorada por pesquisadores, cientistas, caçadores dentre outros tantos (Rodriguez, 2016, p. 25). Corroborando a esta perspectiva, se lê em Pimenta (2004):

⁹ A região apesar de aparecer cartograficamente como “*tierras no descubiertas*”, não significa que não tenha sido visitada por sujeitos não-indígenas, como presente no artigo “Povos indígenas e relatos de viagens na Amazônia Ocidental do século XIX”, de Almeida e Lima (2021). Estes autores ao olharem os relatos de viagens de Silva Coutinho (1862), William Chandless (1866) e Pereira Labre (1888) percebe as movimentações iniciais dos interesses econômicos sobre região anteriormente a datação de 1870 como marco inicial da vinda exploratória massiva de populações não indígenas para estas terras e até mesmo a região habitada por sujeitos não indígenas que possuíam relações comerciais com populações indígenas locais.

A história da colonização do Acre está estreitamente ligada ao extrativismo da seringa. Até metade do século XIX, o atual Estado do Acre ainda era pouco conhecido e as populações indígenas da região viviam num relativo isolamento do mundo moderno. Organizadas em torno da coleta de drogas do sertão (cacau, salsaparrilha, etc.), as raras e tímidas penetrações brancas na região acreana durante o século XVIII não estabeleceram nenhum núcleo de povoamento. Viajando pelas bocas dos rios Juruá e Purus no início do século XIX, os naturalistas alemães Spix e Martius ([1823-31] 1981) notaram em seus diários a presença de “índios selvagens” e a falta de “civilização” que, segundo os autores, caracterizava a região (Pimenta, 2004, p. 2).

Aduzindo a esta interpretação da chegada dos ditos colonizadores a região, conforme Almeida e Lima (2021), além dos sujeitos que adentram a região para atividades relacionadas com a extração de látex e outros recursos, alguns indivíduos (cientistas, viajantes e naturalistas) adentraram a região e faziam parte de uma movimentação do capitalismo em expansão para busca de novos espaços de exploração. Esses trouxeram para ela um cabedal de saberes e conhecimentos eurocêntricos propiciadores de uma retórica da marcha civilizatória rumo ao progresso.

Esta marcha esteve acompanhada de ideias racistas e etnocêntricas, baseadas numa perspectiva de história linear e universal, o que colocava os novos espaços de domínio colonial numa condição de desigualdade. Vale lembrar que as redes comerciais estabelecidas por grandes empresas na Amazônia irão aprofundar relações assimétricas e verticalizadas já existentes. Lido com este pano de fundo, existirá todo um esforço não apenas em abrir estradas de seringas e demarcar seringais, como também uma disciplinarização dos agentes que ocupavam estas fronteiras no século XIX (Almeida; Lima, 2021, p. 36).

Por conseguinte, nestes momentos históricos iniciais esta marcha que adentrou as terras amazônicas veio acompanhada de ideias raciais e etnocêntricas tendo por base uma perspectiva de história linear e universal, onde os novos espaços foram organizados de condição desigual pelo domínio colonial. Desse modo, as relações já existentes vão se constituindo como assimétricas e verticalizadas com uma disciplinarização dos agentes que ocupavam estas fronteiras no século XIX.

Portanto, como demonstram Almeida e Lima (2021), que neste processo preambular de colonização no século XIX, inicia-se a dominação, naturalização pela desumanização dos indígenas por sua racialização que os colocou como atrasados, necessitados de civilidade para fazerem parte do sistema moderno colonial excludente de pluralidades culturais, experiências e vivências ancestrais.

A partir da segunda metade do século XIX, década de 1870, os fluxos de pessoas nos rios da região foram se intensificando e a situação gradualmente foi se modificando com a vinda de não indígenas de origem da região que atualmente chamamos de Nordeste¹⁰, vindos principalmente do Ceará. Estes sujeitos vieram para a região com a finalidade da extração do látex, e devido, a grande densidade de *hevea brasiliensis*¹¹, a história deste espaço que tornara-se Acre, foi demasiadamente marcada pelo extrativismo da borracha chegando no final do século XIX, representar cerca 60% da borracha amazonense o equivalente a mais de 12 mil toneladas (Pimenta, 2004).

A ocupação da bacia do Purus, de acesso mais fácil a Manaus e Belém, precedeu de alguns anos à exploração de seringa no Alto Juruá. Segundo Oliveira (1992: 50), João Gabriel de Carvalho e Melo foi o primeiro colono a se estabelecer, em 1857, nas margens do Purus com 40 famílias e o fundador, em 1869, do primeiro seringal estável da região (Pimenta, 2004, p. 2).

Como supramencionado, de acordo com Pimenta (2004), devido a localização geográfica da bacia do Purus facilitar a chegada a Manaus e Belém, antecedeu em alguns anos a exploração de látex na região do Alto Juruá.

Logo, o ritmo do processo colonizador desta região amazônica aumentou a partir de 1877 em decorrência dos fenômenos das secas do “Nordeste”.¹² A imigração de milhares de sujeitos, buscando uma condição de vida melhor, organizou-se por meio das casas aviadoras de Manaus e Belém incentivadas pelo capital internacional, no entanto, por vez este movimento intencional de expansão capitalista para região é apresentado como acidental, espontâneo e sem uma intenção oficial nesta empreitada (Pimenta, 2004, p. 2).

O ritmo da colonização do Acre se acelerou a partir de 1877 em consequência das grandes secas do Nordeste. A imigração de milhares de seringueiros, em busca de melhores condições de vida, organiza-se a partir das casas aviadoras de Manaus e Belém apoiadas pelo capital internacional e é geralmente apresentada pelos historiadores, como Euclides da Cunha ([1909] 1998: 92) ou Ferreira Reis (1931: 216), como um movimento “fortuito”, “espontâneo” e sem “iniciativa oficial” (Pimenta, 2004, p. 2).

¹⁰ A partir da obra *A invenção do Nordeste e outras artes* (2009), de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, sabe-se que o Nordeste, conhecido atualmente como uma região geográfica do Brasil, só passa a se constituir posteriormente a temporalidade do século XIX, já na primeira metade do século XX. Assim, trata-se de um anacronismo atribuir esta denominação anteriormente a esse marco temporal apontado por Durval Muniz de Albuquerque.

¹¹ A *hevea brasiliensis* é o nome científico da seringueira ou árvore-da-borracha.

¹² Segundo Durval Muniz de Albuquerque Júnior em *A invenção do Nordeste* (2009), “até meados da década de 1910, o Nordeste não existia. Ninguém pensava no Nordeste, os nordestinos não eram percebidos, nem criticados como gente de baixa estatura, diferente e mal adaptada. Aliás, não existiam.”

Por conseguinte, as análises do antropólogo José Pimenta (2004), a vinda destes sujeitos que se constituíram seringueiros nas terras amazônicas por meio das suas vivências e experiências, se trata na visão dele o “evento fundador” da história oficial acreana. Se trata do marco inicial do Acre com estes indivíduos e a epopeia da seringa. A “conquista do deserto ocidental”¹³ se apresenta com uma narrativa patriótica, com um ufanismo e de orgulho nacional. Dessa forma, os “seringueiros”, as figuras de Plácido de Castro e o Barão do Rio Branco tornaram-se as colunas da incorporação desta região ao estado nacional brasileiro (Pimenta, 2004, p. 2).

Por outro lado Moraes (2016a), já demonstra o processo belicoso que entrou para historiografia oficial como a “Revolução Acreana”, descrito como ato patriótico de seringueiros liderados por Plácido de Castro contra o exército boliviano tornaram este pedaço de chão no “único estado que lutou para ser brasileiro”¹⁴, com se tratando do mito fundador do Acre.

No Acre, o mito fundador é a Revolução Acreana, construído em torno da discussão da conquista do território que pertencia, de fato, aos bolivianos e peruanos e que fora ocupado e conquistado por nordestinos, na passagem do século XIX para o XX. O sucesso desse mito fundador diz respeito ao fato do atual território do Acre ter sido conquistado com esforços e recursos próprios, ou seja, o exército de seringueiros venceu os militares bolivianos e peruanos, sem a aquiescência do governo brasileiro. Assim, no final da Revolução, os brasileiros do Acre conquistaram o direito de se autodenominarem acreanos (Moraes, 2016a, p. 63).

Por conseguinte, se trata da construção identitária por meio do discurso que une elementos que dão sentido a uma narrativa que perpassa temporalidades distintas da História do Acre e legitima os interesses de grupos locais em posições de poder, estruturando desigualdades e hierarquias que prestigiam e desprestigiam sujeitos, mas não somente, como também condenam sujeitos à margem da história.

Vale mencionar nesse contexto de alterações territoriais e fluxos de pessoas, e interações interétnicas, a atuação dos grupos indígenas, como os Apurinã, especialmente no contexto das disputas territoriais e interações com colonizadores, revela-se fundamental para compreender a dinâmica histórica e sociocultural da região. Sua posição como um “povo do meio” (Sávio Link, 2021, p. 252), conforme evidenciado pela cosmologia apurinã, reflete não

¹³ Este trecho faz alusão a obra *A Conquista do deserto ocidental: subsídios para a história do território do Acre*, de Craveiro Costa (1940).

¹⁴ A história sem dúvida é um embate de narrativas, a perspectiva ufanista atrelada aos interesses de das classes dominantes na região sacralizou uma visão patriótica dos acontecimentos que deram origem ao atual estado do Acre. Há historiadores que contrapõem essa visão, como Carneiro (2014), Silva (2002), Albuquerque (2015).

apenas uma concepção mítica, mas também uma realidade geográfica e histórica que os situou em um espaço de mediação entre diferentes esferas de poder e grupos sociais. Localizados no vale do Purus, entre os rios Madeira e Juruá, os Apurinã ocuparam uma posição estratégica que os permitiu atuar como intermediários em redes de troca e contato, tanto entre grupos indígenas quanto entre esses e os colonizadores.

Assim, a região ocupada tradicionalmente pelos Apurinã, aquela que eles reconhecem como tal, é o Vale do Purus, desde o Acre até a foz do rio, a saber: o Médio e o Baixo Purus e seus afluentes. Esse vale se localiza entre duas bacias, a do Rio Madeira e a do Rio Juruá. Essa situação geográfica por si só já situa os Apurinã num espaço intermediário. No entanto, cosmologicamente, o povo Apurinã também se considera como vivendo na terra do meio. A cosmologia apurinã descreve o território apurinã como uma terra do meio entre as duas terras sagradas *Kairiku* e *Iputuxity* (Sávio Link, 2021, p. 255).

A cosmologia apurinã, que os posiciona entre as terras sagradas *Kairiku* e *Iputuxity*, não pode ser dissociada da sua realidade histórica de intermediação territorial. Essa visão cosmológica, interpretada como um reflexo das suas práticas de deslocamento e ocupação, aponta para uma identidade territorial construída a partir de uma longa duração de interações e resistências (Sávio Link, 2021). Os Apurinã, ao se autodenominarem “um povo do meio”, incorporam em sua narrativa histórica a ideia de transitarem entre mundos, consolidando-se como mediadores culturais e territoriais. Essa concepção, além de um traço identitário, constitui-se em uma estratégia de adaptação frente às múltiplas pressões que sofreram ao longo do tempo.

Durante o século XIX, com a intensificação das incursões de colonizadores e missionários na região, os Apurinã enfrentaram um contexto de crescente contato e conflito. A chegada dos missionários anglicanos na década de 1870, por exemplo, é um momento crucial para se observar as interações entre os Apurinã e os agentes coloniais. De acordo com registros da South American Missionary Society (SAMM), os Apurinã já mantinham certo grau de familiaridade com os produtos e práticas dos não indígenas, o que indica uma rede de intercâmbio anteriormente estabelecida. Essa rede incluía a obtenção de ferramentas de ferro, sal e outros bens manufaturados, os quais eram incorporados à sua própria lógica cultural e utilizados como instrumentos de negociação e resistência (Sávio Link, 2021).

Segundo o autor mencionado anteriormente, a resistência apurinã também se manifesta na sua fragmentação em pequenas aldeias, o que dificultava a dominação colonial e permitia que mantivessem certa autonomia em seu território tradicional. Essa fragmentação, que em

um primeiro momento poderia ser interpretada como um sinal de fraqueza, na verdade, revelou-se uma estratégia eficaz de sobrevivência e adaptação às novas realidades impostas pela expansão colonial. Assim, mesmo diante da pressão crescente dos estados coloniais e, posteriormente, nacionais, os Apurinã conseguiram preservar aspectos de sua cultura e autonomia, tornando-se agentes ativos na construção de suas trajetórias históricas.

Dessa forma, ficar na terra do meio pode significar escapar dos grandes cacicados ou mesmo do controle estatal, tanto no período anterior pré-conquista quanto no período pós-conquista; significa escapar ao controle que advinha tanto do Amazonas quanto dos Andes (Sávio Link, 2021, p. 261).

Nesse contexto, a participação dos Apurinã nas redes de comércio que ligavam o Purus aos Andes demonstra sua capacidade de adaptação e mediação. As relações comerciais que estabeleciam com outros grupos indígenas e, eventualmente, com colonizadores, permitiram-lhes acessar produtos desejáveis e, simultaneamente, preservar seu modo de vida. Essas práticas de troca e contato evidenciam que, longe de serem passivos frente à colonização, os Apurinã utilizaram essas interações como forma de fortalecer suas comunidades e ampliar suas redes de alianças (Sávio Link, 2021).

A integração dessas práticas econômicas e culturais à cosmologia apurinã desvela uma articulação complexa entre mito e história, na qual a “terra do meio” se transforma em um símbolo da sua resistência e resiliência. Se, por um lado, a “terra do meio” é descrita como um espaço de fartura e liberdade, por outro, a chegada dos colonizadores e o avanço das frentes extrativistas a transformaram em uma “terra morredoura”, marcada pela exploração e pela violência (Link, 2021). Essa dupla representação da “terra do meio” reflete a ambiguidade da experiência apurinã diante das mudanças históricas e ressalta a importância de se compreender sua trajetória como um povo que, mesmo inserido em um contexto de dominação, soube negociar sua presença e manter viva a memória de seu território.

Portanto, os Apurinã foram/são protagonistas que mediarão e resistirão às investidas coloniais, reafirma-se a necessidade de ampliar a análise para além das narrativas tradicionais da historiografia. Os Apurinã não apenas sobreviveram, mas também adaptaram suas práticas e cosmologias para lidar com as transformações em seu entorno, transformando-se em sujeitos históricos fundamentais para a compreensão das dinâmicas de poder e resistência na Amazônia Sul-Occidental. A inclusão dessa perspectiva contribui para uma visão mais complexa e plural da história regional, destacando a centralidade dos povos indígenas na construção das territorialidades amazônicas.

Considerações finais

Este estudo propôs uma reflexão sobre o processo histórico de racialização dos povos originários na Amazônia Sul-Occidental, com ênfase no estado do Acre, utilizando o conceito de seringalidade como uma manifestação local da colonialidade. A partir de uma metodologia qualitativa descritiva, que combinou pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se desentranhar as camadas de uma história frequentemente contada sob uma ótica epopeica e patriótica. Essa narrativa exalta determinados grupos e eventos, enquanto contribui para o apagamento e silenciamento de vozes e experiências de grupos marginalizados, especialmente os povos indígenas.

A análise revelou que a seringalidade e o seringalismo representam fases distintas, mas interconectadas, da exploração e dominação na região. O seringalismo, caracterizado pela economia da borracha, envolveu a exploração intensa de recursos e trabalho, legitimado por uma hierarquia racial que posicionava indígenas e não indígenas oriundos do atual Nordeste brasileiro como inferiores. A seringalidade, por sua vez, perpetua padrões coloniais de poder através de dispositivos contemporâneos, como o desenvolvimento sustentável e a florestania, adaptando as estruturas de exploração e dominação iniciadas no seringalismo.

Além disso, a pesquisa evidenciou que a narrativa histórica predominante sobre o Acre, frequentemente heroica e ufanista, contribui para a invisibilização dos processos de racialização e subalternização dos povos indígenas. O estudo mostrou como essas dinâmicas de poder, estabelecidas no passado, continuam a se manifestar no presente, muitas vezes mascaradas sob discursos de progresso e desenvolvimento sustentável.

Portanto, ao questionar e problematizar a construção histórica dominante, este trabalho sugere a necessidade de uma reavaliação crítica das narrativas que têm sido perpetuadas sobre a região. Propõe-se, assim, uma historiografia inclusiva que reconheça a pluralidade de vozes e experiências, promovendo uma perspectiva histórica mais verossímil, reconhecimento e reparação para os povos indígenas da Amazônia Sul-Occidental.

Em síntese, este estudo contribui para o debate mais amplo sobre a colonialidade do poder na América Latina, propondo que a seringalidade constitui um exemplo paradigmático de como as estruturas coloniais de poder se adaptam e sobrevivem, continuando a afetar as vidas e terras dos povos originários. Desta forma, ele instiga reflexões sobre a necessidade de desnaturalizar e problematizar narrativas históricas unilaterais, buscando uma compreensão mais ampla e inclusiva da história da região.

Referências

- ALBUQUERQUER JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. ver. São Paulo: Cortez, 2009.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. História e Historiografia do Acre: Notas sobre os silêncios e a lógica do progresso. **Tropos**: comunicação, sociedade e cultura, [S. l.], v. 1, n. 4, dezembro, p. 1-19, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/342>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. Amazônialismo: In: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de; SARRAF-PACHECO, Agenor. **Uwa'kürü**: dicionário analítico. Rio Branco (AC): Nepan, 2016, p. 73-96.
- ALMEIDA, Maria Ariádina; LIMA, Ramon Nere de. Povos indígenas e relatos de viagens na Amazônia Ocidental no século XIX. **Jamaxi**, v. 5, n. 1, p. 36-43, 2021.
- ALMEIDA, Iara da Silva Castro. **Lei 11.645/08 e o ensino indígena**: história e cultura dos povos originários em Rio Branco - Acre (2003 – 2023). 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
- MAIA, Liliane Araújo. **Entre escriturais e (re)existências**: um relato de memória(s) e história(s) do povo Puyanawa. 2023. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023.
- BARROS, José D'assunção. **O projeto de pesquisa em história**: da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- BEZERRA, Maria José. **Invenções do Acre**: de território a estado - um olhar social. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **'A fundação do Acre'**: um estudo sobre comemorações cívicas e abusos da história. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A formação da sociedade econômica do Acre**: sangue e lodo no surto da borracha (1876-1914). Rio Branco: EACeditor, 2015.
- CARNEIRO, Eduardo de Araújo. **A epopéia do Acre e a manipulação da história no Movimento Autonomista no governo da Frente popular**. Rio Branco: EACeditor, 2017.
- CARVALHO, Marcio Rodrigo Coêlho de. *Entre o Uwa'kürü e o Acre*: fragmentos da formação territorial e urbana entre vazios e inexistências. 2020. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- COSTA, João Craveiro. **A conquista do deserto ocidental**: subsídios para a história do território do Acre. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio-Jun 1995.
- GÓES, Paulo. 2009. “Entre ‘Brabos’: Índios e Seringueiros no Alto Juruá”. In: M. SMILJANIC, J. PIMENTA; S. BAINES (orgs.), **Faces da Indianidade**. Curitiba: Nexo Design, p. 67-97.
- LIMA, Ramon Nere de. “**Minha Mamãe Soberana, Minha Floresta de Jóia**”: Retirada Ilegal de Madeira e Protagonismo Indígena no Território Ashaninka do Rio Amônia - Acre (1980 - 2020). 2023. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Integração Latino-americana, Foz do Iguaçu, 2023.
- LINK, Rogério Sávio. **Vivendo entre mundos: o povo Apurinã e a última fronteira do Estado brasileiro nos séculos XIX e XX**. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.
- LINK, Rogério. Sávio. Vivendo na terra do meio: o mito apurinã revelando a realidade histórica. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 22, n. 46, p. 249–267, jan. 2021.
- MANCHINERI, Soleane de Souza Brasil. **Narrativas Manchineri: Identidade e Cultura Indígena na cidade de Rio Branco/AC**. 2017. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2017.
- MORAIS, Maria de Jesus. “**Acreanidade**”: invenção e reinvenção da identidade acreana. Rio Branco: Edufac, 2016a.
- MORAIS, Maria de Jesus. Acreanidade: *In*: Albuquerque, Gerson Rodrigues de; SARRAF-PACHECO, Agenor. **Uwa’kürü: dicionário analítico**. Rio Branco (AC): Nepan, 2016b, p. 30-44.
- NASCIMENTO, Danilo Rodrigues do. **Educação escolar Huni Kuĩ: saberes, experiências e base curricular**. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2021.
- PIMENTA, José. A história oculta da Floresta: Imaginário, conquista e povos indígenas no Acre. **Revue Linguagens Amazônicas**, p. 27-44, 2004.
- PIMENTA, José. O Amazonismo Acriano e os povos indígenas: revisitando a história do Acre. **Amazônica-Revista de Antropologia**, 2015, 7.2: 327-353.
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.
- QUIJANO Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e a América Latina. In: Lander Edgardo, organizador. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso; 2009. p. 107-129.
- RODRIGUEZ, Ernesto Martinez. **Correrias: Índios, Caucheiros e Seringueiros (Acre 1942/1983)**. 2016. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016.
- SILVA, Francisco Bento. **As raízes do autoritarismo no executivo acreano – 1921/1964**. 2002. 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- SILVA, Francisco Bento. Insolitudes acres, híbridas e fronteiriças: as disputas pelas identidades. **Jamaxi**, v. 1, n. 1, p. 49-67, 2017.

SILVA, Andrisson Ferreira da. **Amansando o SPI**: resistência e protagonismo Kulina-Madiha entre os varadouros do seringal e do indigenismo na Amazônia (1905-1940). 2024. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. Ed. São Paulo; Cortez, 2007.

SOUZA, João José Veras de. **Seringalidade**: a colonialidade no Acre e os condenados da floresta. 2016. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2016.